Política Agrícola Comum

Europa, cinquenta anos depois

NO ANO passado, foi comemorado o 50º aniversário da Política Agrícola Comum (PAC), um dos pilares do processo de integração e consolidação do desenvolvimento econômico e social europeu. Para celebrar a data, foi montada a campanha "PAC: Regresso ao futuro", levada a cabo por quatro países-membros da UE (Portugal, Estônia, Bulgária e Malta), com o objetivo de debater a PAC.

Durante essas cinco décadas, a PAC tornou possível garantir aos cidadãos europeus segurança no abastecimento de produtos alimentares, bem como a sustentação econômica do mundo rural, o que é considerado uma das faces distintivas da Europa. Agora, novas condições colocam desafios para a PAC responder, com incorporação de objetivos e instrumentos, para haver a afirmação e diversidade dos modelos agrícolas e rurais europeus. Desde o seu surgimento, três gerações de agricultores dedicaram-se ao cultivo da terra e à criação dos seus animais.

A sociedade europeia continua a pedir para a PAC assegurar segurança e qualidade alimentar, mas exige um modo sustentável na utilização dos recursos naturais e no respeito pelas gerações futuras. Espera-se uma contribuição para a mitigação dos riscos associados às alterações climáticas e à desertificação.

Em 2007, a população agrícola da União Europeia (UE) duplicou, na sequência do alargamento com doze novos Estados-membros. O bloco passou a ser integrado por vinte e sete Estados-membros e a ter mais de 500 milhões de cidadãos. Mudou, igualmente, a paisagem agrícola e rural da União Europeia.

São múltiplos e complexos os desafios enfrentados pela sociedade europeia. Neste ano, se inicia um novo período de programação da PAC, que vai até 2020. Espera-se que seja um poderoso instrumento para o desenvolvimento econômico e para a coesão social. Seus objetivos versam sobre apoiar a produção de alimentos e matérias-primas, bem como de bens públicos, com a manutenção da biodiversidade e da paisagem rural, o sequestro de gases do efeito de estufa, a manutenção dos solos e do ciclo da água.

A concretização destes objetivos requer uma política pública forte, abrangente nas suas opções, baseada em regras comuns e com meios suficientes para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura em todo o território da UE. A nova reforma da PAC deverá entrar em vigor em 1º de janeiro de 2014. Os limites para gastos no âmbito da PAC serão mantidos até o final de 2013. A base para mudança será considerar o processo de alargamento da UE, ocorrido em 2004 e 2007.

Dez pontos essenciais da reforma da PAC

1) Estimular o empreendimento para dinamizar a geração de emprego: diminuir o subsídio anual para menos de 150.000 euros e limitar o teto a 300.000 euros por atividade e por ano.

2) Instrumentos de gestão de crise: redes de segurança para os setores agrícolas mais expostos às crises (armazenagem privada e intervenção pública) e um incentivo à criação de seguros e de fundos mutualistas.

3) Pagamento "ecológico" para preservar a produtividade e os ecossistemas: reservar 30% dos pagamentos diretos às práticas para a preservação dos recursos naturais, com práticas eficazes e simples de aplicar, como diversificação das culturas, manutenção das pastagens permanentes e preservação das paisagens.

4) Investimentos adicionais na investigação e na inovação: duplicar o orçamento da investigação e inovação agronômica e tomar medidas para que os resultados da investigação repercutam-se na prática, por meio de uma nova parceria para a inovação.

5) Cadeia alimentar mais competitiva e equilibrada: apoiar as organizações de produtores e as organizações interprofissionais e criar circuitos curtos entre produtores e consumidores, sem intermediários em demasia.

6) Incentivar as iniciativas agroambientais: a preservação e reabilitação dos ecossistemas e a luta contra as alterações climáticas, bem como a utilização eficaz dos recursos naturais.

7) Facilitar a instalação de jovens agricultores: com dois terços dos agricultores acima de cinquenta e cinco anos, apoiar a criação de emprego e encorajar as jovens gerações a investir no setor agrícola; proposta para criar um novo apoio à instalação acessível

aos agricultores com menos de quarenta anos.

8) Estimular o emprego rural e o espírito de empreendimento: apoiar os projetos de microempresas, com um financiamento de até 70.000 euros.

9) Tomar melhor em conta as zonas frágeis: apoiar mais os agricultores das zonas com desvantagens naturais, por meio de compensação suplementar.

10) PAC mais simples e eficaz: desburocratizar os apoios aos pequenos agricultores mediante pagamentos anuais de 500 a 1.000 euros por exploração; facilitar a cessão de terras dos pequenos agricultores que cessam a atividade agrícola para aqueles com planos de reorganizar as suas explorações. ■

O mundo rural da Europa

O mais recente censo agrícola europeu feito pelo Eurostat, o instituto oficial de estatísticas do bloco europeu, mostra uma Europa cada vez menos agrícola. O número de propriedades e a força de trabalho diminuem, mas a produtividade e a renda crescem. São 171,4 milhões de hectares de terra arável. França e Espanha, respectivamente com 27,8 milhões e 23,7 milhões de hectares, estão entre os principais.

O número de propriedades agrícolas diminui, somando 11,97 milhões atualmente. Pelo menos 47% dessas propriedades possuem tamanho inferior a 2 hectares. A Itália é um dos maiores exemplos de redução no número de propriedades agrícolas: enquanto, em 1966/67, havia 2,98 milhões de unidades, agora, o número não passa de 1,62 milhão. Na França, a queda foi ainda maior neste período, de 70%, para 527 mil.

As estatísticas referentes ao bloco europeu indicam pelo menos 23 milhões de pessoas envolvidas com a produção agropecuária. Dentro deste grupo, estão incluídos os agricultores, os membros das famílias e o emprego familiar em tempo parcial; destes, 9,7 milhões com dedicação exclusiva à atividade. Mais uma vez, dados da Itália e da França indicam redução de trabalhadores no setor. Dos 4,1 milhões de trabalhadores dedicados à agropecuária em 1966/67, a Itália tinha apenas 954 mil em 2010. No mesmo período, o total foi de 3 milhões para 780 mil na França.

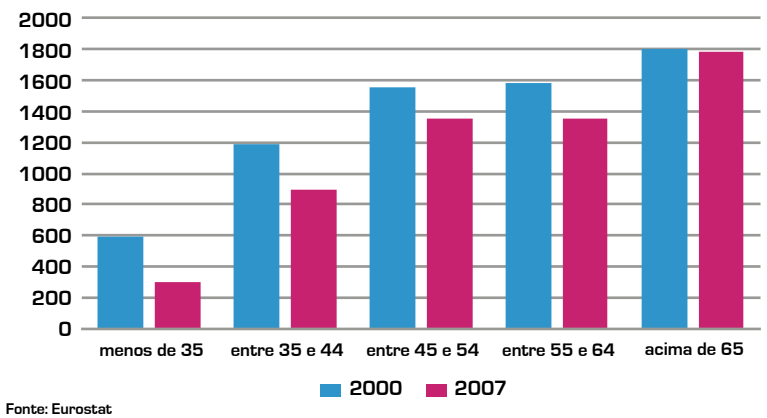
Quando se converte o número de pessoas em unidades de trabalho anual (UTA), equivalentes a empregos em tempo integral, em 2010, a força laboral agrícola foi de 9,7 milhões de UTA, dos quais 7,5 milhões – o correspondente a 77% – foram de trabalho familiar; 1,4 milhão de UTA – cerca de 15% –, de trabalho regular não familiar; e 0,8 milhão – 8,0 % –, de trabalho não regular, nem familiar.

Entre os Estados-membros, a Polônia, com 1,9 milhão de UTA, registou a maior força de trabalho agrícola total, seguida pela Romênia, com 1,6 milhão; Itália, com 1,0 milhão; Espanha, com 0,9 milhão; França, com um total de 0,8 milhão; e Alemanha, com 0,5 milhão. Em conjunto, estes seis Estados representaram quase os 70% do trabalho total agrícola em UTA na UE-27.

As maiores proporções de mão de obra familiar foram observadas na Polônia, com 95%; Irlanda, com 92%; e Malta, com um total de 90%. A maior proporção de forma laboral regular não familiar verificou-se na República Tcheca, com 75%; Eslováquia, com 69%; e na França e Estônia, ambas com 45%. Já a Espanha, os Países Baixos e a Itália forram os países com a maior percentagem de mão de obra não regular ou familiar, com 19%, 13% e 12%, respectivamente.

A produtividade de leite é um dos itens com boa evolução. Em 1970, os holandeses extraíam anualmente 4.080 litros de leite por vaca. A produção atual está em 7.731 litros. Os produtores que se mantiveram no campo conseguiram um aumento de renda de 13% na última década, considerando a média do bloco dos vinte e sete países. Alemanha e França conseguiram superar esta média, atingindo 30% e 32% a mais, respectivamente. Já os italianos continuaram a perder renda nos últimos anos.

UE: Propriedades por idade do agricultor (mil unidades)

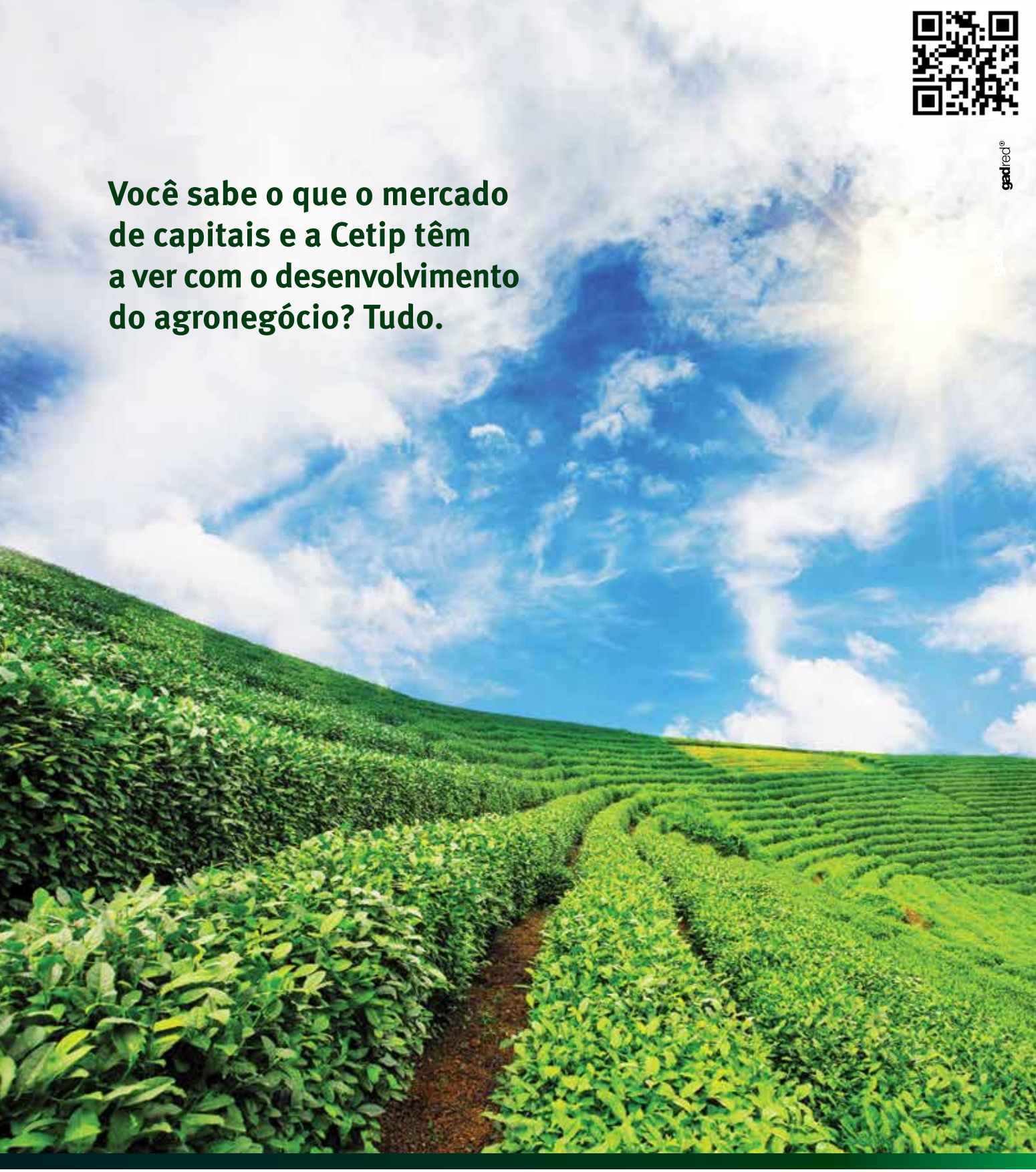


Fonte: Eurostat

Evolução da agricultura europeia

Item	Unidade	1962	1992	2002	2012
Estados	Membros	6	12	15	27
Agricultores	Milhões	6,5	7,2	6,2	13,7
Área plantada	Milhões de ha	69,0	118,0	126,0	172,0

Fonte: Eurostat



A Cetip é responsável pelo registro de diversos títulos do agronegócio e seus lastros. Segurança que representa importante fonte de financiamento de toda a cadeia produtiva. Um orgulho para quem atua como integradora do mercado financeiro, oferecendo eficiência, agilidade e inovação. Uma responsabilidade e tanto que transformamos em motivação para oferecermos cada vez mais liquidez e transparência às operações financeiras.

Acesse cetip.com.br e conheça os diferenciais que a companhia oferece.
Para mais informações, entre em contato com a área Comercial da Cetip pelo telefone (11) 3111-1557 ou e-mail comercial@cetip.com.br.

Segurança que move o mercado.

cetip